

A hipótese do desespero: a questão racial em tempos de frente popular

MARCELO PAIXÃO¹

*O crioulo no morro está invocado
O crioulo no morro está no miserê
Desce o morro não encontra trabalho
(Então volta pro baralho)
Nem encontra feijão pra comer*

Antônio Candeia Filho

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República foi um marco na história social e política do Brasil e da América Latina. Finalmente o gigante, deitado eternamente em berço esplêndido, conseguiu sair de sua longa letargia, fazendo com que, pela primeira vez, um líder operário e um partido de esquerda fossem alçados à chefia de Estado e de governo em nosso país. Todavia, uma vez tendo o sonho vencido o medo, a questão do momento passou a ser os desafios da própria arte de governar um país repleto de desigualdades e problemas. Assim, à medida que o tempo avança, vê-se que o exercício do governo vem exigindo boas doses de pragmatismo e senso de realismo político. Esse realismo é positivo para a estabilidade política e econômica, mas também carrega o risco de ser insuficiente para a transformação de nosso quadro social, cada vez mais repleto de violência, contradições e conflitos.

Em grande medida, o novo momento vivido reflete os limites de um modelo em parte imposto, em parte adotado pelas elites latino-americanas fundado na agenda do Consenso de Washington. Essa agenda propõe uma profunda transformação do modelo econômico dos países da região, por meio da redução do papel do Estado na economia, da abertura comercial e da economia como um todo, das privatizações, da focalização dos investimentos sociais e com as reformas da previdência e trabalhista, no rumo de sua flexibilização. Concomitantemente, o Consenso reza que os Estados nacionais perderam seu antigo papel, uma vez que, de modo inexorável, o espaço nacional se viu esvaziado pela emergência do local e do global, estes sim pós-modernos e *internéticos* espaços de exercício da nova cidadania globalizada e participativa.

Na verdade, o que se verificou em toda a América Latina foi a falência desse modelo, tendo as economias do continente – especialmente as da América do Sul – caído na mais profunda estagnação econômica, no aumento da violência política e social e na redução da qualidade dos postos no mercado de trabalho. Mais especificamente, no Brasil, entre 1990 e 1999, a taxa média de crescimento da economia foi de 1,77%, e o PIB *per capita* evoluiu, em média, minguado 0,34% (Paixão e Carcanholo, 2001).

Considerando-se o fato de que a *paz* social nos países do nosso continente, ao longo do século 20, foi gerada pela via do salto para frente, pelo crescimento econômico, e posta a secular resistência das elites latino-americanas às transformações sociais de cunho democráticas – principalmente no que tange à

desconcentração do patrimônio fundiário, ao acesso aos recursos públicos e ao controle do aparato legal-repressivo –, o fato é que, concluindo-se um quartel de século de crise econômica, os seus efeitos se fizeram refletir de forma mais que proporcional em nosso quadro social. Assim, ao menos no Brasil, a cultura da violência, da apatidão e do extermínio tomou conta das grandes cidades. À guisa de exemplo, segundo dados do IBGE, o brasileiro do sexo masculino perde atualmente, em média, 2,5 anos de vida motivados por causas externas, tais como suicídios, acidentes e, especialmente, assassinatos.

De fato, esse cenário foi propício às vitórias de candidatos com plataformas mais à esquerda, tais como expressas nas vitórias eleitorais de Lula, no Brasil, e de Kirchner, na Argentina. Todavia, para além dessas vitórias, as exigências postas pela realidade vigente parecem exigir novas compreensões para o efetivo enfrentamento dos nossos problemas seculares. Afinal de contas, o século 21 acaba de escancarar suas portas, favorecendo novas reflexões sobre o que fomos ao longo do último século e dos erros que não poderemos mais cometer, como país e como povo, sob o risco de um irremediável esgarçamento de nosso tecido social.

No meio de tantas esperanças e ameaças, será abordado neste artigo tema concomitantemente ligado ao conjunto das mazelas sociais brasileiras e, freqüentemente, relegado ao segundo plano quando da constituição das agendas públicas. Trata-se do campo das relações raciais e do diálogo que a questão guarda em relação ao presente cenário. Se, para algumas pessoas, tal tema chega a soar como impertinente, creio que uma análise mais detida sobre o problema exige uma nova postura perante o assunto. Somando mais de 75 milhões de pessoas, ou seja, 45,5% da população brasileira, os(as) afrodescendentes de nosso país formam a maior população negra

¹ Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutorando em Sociologia no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e coordenador do Observatório Afrobrasileiro (IPDH/Fala Preta/UFRJ).

fora do continente africano. O Brasil, último país a acabar com o sistema escravista de relações sociais, jamais adotou políticas ativas visando à específica integração desse contingente.

Os indicadores das desigualdades sociorraciais brasileiras vêm demonstrando o descabimento dessa opção equivocada. Por outro lado, a evolução dos mesmos indicadores parece guardar certa correlação com o cenário mais geral de aprofundamento da crise econômica e social. Assim, segundo o nosso ponto de vista, o atual modelo moedor de carne tende a moer com mais intensidade, e perversidade, justamente os atuais descendentes dos antigos escravos. Afinal de contas, como já diziam Seu Jorge, Marcelo Yuka e Ulisses Cappelletti, “a carne mais barata no mercado é a carne negra”.

A segunda parte deste artigo leva ao debate as três hipóteses que existem hoje acerca da correlação entre a situação social das pessoas negras e o nosso quadro de desigualdades sociais. Todas essas concepções estão presentes no governo Lula, produzindo diferentes tipos de compreensões sobre o sentido das políticas sociais e suas inflexões para os(as) afrodescendentes. Na terceira parte do texto, há a análise de alguns indicadores selecionados de desigualdades sociorraciais no Brasil, tentando compreender os limites das três hipóteses. Considera-se haver uma quarta hipótese, porém, com menor força e prestígio no atual governo. Tal hipótese – sem a perda de um quadro mais amplo de questões que deve ser levado em conta – aponta para a centralidade da questão afrodescendente no âmago da maior parte das grandes questões sociais brasileiras. Essa hipótese e seus impasses serão justamente o escopo da parte conclusiva deste artigo.

Poder de invisibilidade

Em nosso país, quando da análise dos assuntos históricos, culturais, religiosos, esportivos, dificilmente as abordagens podem ser bem realizadas na ausência do papel ocupado pela tradição e pela cultura negras. Todavia, quando são estudados os temas que englobam os problemas sociais, a população negra é vista sob uma perspectiva menor. Em geral, os formuladores de políticas públicas tendem a ver as questões raciais no Brasil como inexistentes e/ou imersas em uma problemática mais ampla. Na verdade, o pensamento econômico e social brasileiro guardou um papel pouquíssimo relevante para a pessoa negra em termos da compreensão do nosso cenário de estratificação social. O fato é que um amplo conjunto de teorias que tratou do assunto, em geral, tendeu a invisibilizar a dimensão racial das desigualdades e da exclusão social no Brasil.

A primeira grande hipótese está associada ao velho paradigma freyriano. Esse aporte, grosso modo, aponta ser o Brasil um país livre do preconceito racial e do racismo, ao menos em suas formas mais extremadas e belicosas. Destarte, as relações raciais brasileiras são consideradas benignas e harmônicas, o que nos tornaria uma grande democracia étnica (Freyre, 2000).²

Esse padrão teria sido originado ao longo de nossa história, quando, em meio ao *luxo dos antagonismos*, se fundou uma tradição de inter-relações subjetivas entre senhores e escravos nas distantes fazendas. Tais relações de convivência teriam permitido a suavização dos rigores do sistema escravista e também, não obstante a violência que perpassa relações dessa natureza, a troca de costumes e hábitos. Além disso, pela via das relações sexuais (conquanto assimétricas), conseguiram gerar um povo mestiço cuja ausência de uma nítida linha de cor impediu formas mais rígidas de segregação racial. Tal compreensão finalmente vincula-se às peculiaridades do antigo colonizador português, tipo híbrido e mais aberto que os demais colonizadores ao contato íntimo com os seus subordinados africanos e indígenas (Freyre, 1998).³

Ainda de acordo com a formulação de Gilberto Freyre, intergeracionalmente, por meio da miscigenação, foi e é possível aos mestiços (*mulatos*) o uso da *válvula de escape* da ascensão social. Isso ocorreria por intermédio das redes de influência dos seus progenitores e familiares brancos, por meio de sua própria habilidade e simpatia e pela via do casamento com as filhas dos integrantes do grupo branco dominante (Freyre, 2000; Degler, 1976).⁴ Nesse sentido, a estratégia assimilacionista das elites brancas, ao impedir o exclusivismo racial, teria tido a capacidade de produzir uma população que, malgrado todo o cenário de desigualdades, estaria livre da chaga das lutas raciais.

Na formulação de Frank Tannenbaum (1946), o Brasil teria tido uma escravidão benigna e fundada em princípios morais, na qual o senhor veria o escravo não como uma coisa, mas como um ser humano, e, pelo fato de explorá-lo, devia-lhe proteção. Por isso, nosso país teria tido condições de realizar a transição do regime escravista para a sociedade de mercado sem grandes traumas e conflitos sociorraciais. Robert Park (1950), por sua vez, classificaria as relações raciais brasileiras como fundadas em parâmetros ingênuos, inexistentes em outros lugares, o que favoreceria, de todo jeito, a assimilação dos grupos subordinados no quadro cultural dominante.

Sendo verdadeiro tal paradigma, sua conclusão, em termos da compreensão do quadro de estratificação social brasileiro, é fácil de ser derivada. Não havendo o preconceito racial ou de cor – e sendo livre o caminho da mobilidade social do *mulato* –, o cenário não poderia interagir com os processos de construção das desigualdades e de exclusão social em nosso país. Naturalmente, a formulação não deixa de refletir sobre um evidente fato que diz respeito à realidade de que, entre as pessoas pobres, as negras formam a imensa maioria. Os argumentos **usados por esta matriz** para explicar a maior intensidade da pobreza (Pierson, 1971)⁵

2 Originalmente, texto de 1959.

3 Originalmente, texto de 1933.

4 Originalmente, textos de 1936 e 1971.

5 Originalmente, texto de 1942.

entre essa parcela da população repousam na concepção de que isso é produto das desvantagens históricas decorrentes do longo período em que negros e negras permaneceram subordinados ao trabalho escravo. Destarte, essa formulação não pretende dizer que os(as) negros(as) em sua maioria **não** são pobres, mas, sim, que são pobres por razões outras que não as modalidades de relações raciais existentes no país, no caso sua pobreza deriva de um fator temporal.

A argumentação de que o Brasil é uma democracia racial, apesar da reação inicial que provocou nas elites brasileiras da década de 1930, ganhou o corpo de uma ideologia oficial a partir do Estado Novo. Na década de 1970, tornou a ser oficializada pelos militares e, mais recentemente, durante a *comemoração* dos 500 anos do descobrimento, por pouco não voltou a ser louvada. Dentro do PT, a compreensão sempre foi vista com certo desprezo, muito embora existam quadros ativos do atual governo que, em debates recentes, expuseram abertamente suas concepções acerca das relações raciais brasileiras em termos não muito distantes do quadro conceitual freyriano.⁶

Na verdade, a visão é defendida pelo campo nacionalista (em muitos casos também associado aos desenvolvimentistas) que considera que qualquer tentativa de debater questões como a das populações negra e indígena (assim como das mulheres, a ecologia, os temas das chamadas minorias etc.) reflete uma posição antipatriótica ou alienígena – verdadeira ameaça ao sentido de unidade de povo brasileiro, base imprescindível para um projeto de integração e desenvolvimento nacional. Assim, não é tão difícil notar a concepção de fundo autoritário que rege a compreensão desses setores; associando uma virtual unidade nacional a uma aceitação acrítica dos padrões de hierarquização social e raciais existentes.

Ainda que a hipótese freyriana tenha papel de destaque nas compreensões sobre a questão social brasileira, na verdade, existe uma segunda hipótese que também exerce grande influência no atual governo. No fundo, sua força reside no fato de que corresponde a uma visão mais clássica da esquerda brasileira acerca das questões sociais. Essa visão, não obstante a correção de suas críticas às teses freyrianas, acabou contribuindo para a consolidação de uma compreensão que suprime a questão racial como tema central da problemática social brasileira.

Florestan Fernandes, no seu clássico *A integração do negro na sociedade de classes*, analisando a lastimável situação social da população negra da cidade de São Paulo na primeira metade do século 20, classificaria pela primeira vez a democracia racial brasileira como mito. Para o autor, a pretensa harmonia racial existente no Brasil descreveria melhor a situação vigente durante o período escravista quando a sociedade era caracterizada por seu rígido padrão de hierarquização social. Nesse caso, o preconceito e o racismo, longe de inexistentes, podiam ficar escondidos no ventre de uma modalidade de relação que, no seu próprio modo de funcionamento, colocava cada um no seu lugar, de acordo com os respectivos enquadramentos raciais (aristocracia rural, homens livres, libertos, escravos etc.).

Segundo essa concepção, os dilemas raciais brasileiros passaram a ficar mais evidentes com o fim do regime escravista. Com a sua extinção, ocorreu o correspondente desaparecimento do padrão tradicional das relações sociorraciais, trazendo a emergência de uma sociedade competitiva, gerando fortes deslocamentos populacionais e produzindo a perda relativa de poder e prestígio da antiga classe senhorial perante os novos setores emergentes (nova elite descendente de italianos e germânicos).

Os(as) negros(as), por sua vez, viram-se premidos pela ausência de reformas sociais democráticas que lhes permitissem gozar de condições sociais e culturais dignas no contexto posterior à abolição, passando a vivenciar uma situação de anomia (perda de identidade coletiva), desajustamento social e familiar e incapacidade para a competição no mercado de trabalho. A situação de opressão social e racial vivenciada estaria associada ao processo de transição verificada na sociedade brasileira, de uma sociedade de *castas* para uma sociedade de *classes*. Assim, o próprio processo de modernização capitalista, o ingresso do negro no exército proletário e seu contato com companheiros de luta brancos seriam responsáveis por retirá-los da situação de anomia, tornando-os agentes ativos do processo de transformação social.

Lida sob a ótica de nossos dias atuais, a tese de Florestan Fernandes – em que pese ter corretamente lançado a democracia racial para o mundo dos mitos – contém evidente otimismo quanto aos frutos da modernização capitalista. Essa interpretação terminaria produzindo uma sutil, todavia séria, inflexão sobre a questão racial brasileira. Isto é, a longo prazo, a questão racial seria interpretada como uma questão de classe, no fundo único modo de os(as) negros(as) resolverem definitivamente os problemas que os(as) afligiriam.

Paulatinamente, a tese acabaria sendo reinterpretada pelo campo progressista, que passou a ver o tema do preconceito racial e de cor e do racismo como uma espécie de anomalia que seria suprimida com o desenvolvimento das relações sociais capitalistas ou mesmo com o advento do socialismo. Desse modo, a luta da classe operária contra o sistema ganharia um *status* teórico privilegiado, e a problemática negra, independentemente

6 Talvez César Benjamin tenha tecido um argumento de mostruário no que tange a essa perspectiva. Segundo o autor, a demanda dos(as) afrodescendentes brasileiros(as) pode estar sendo manietada por interesses econômicos internacionais, visando melhor nos dominar (ver *Caros Amigos*, setembro de 2002). Apesar de o autor não ser mais filiado ao PT e tampouco exercer qualquer função no governo, sua perspectiva ilustra um ponto de vista que relaciona as lutas por políticas de promoção da cidadania da população negra com ameaças à integridade nacional e à unidade do povo brasileiro. Enfim, o autor fala como se essa dominação não existisse, embora ela já exista. De resto, se o fim desta situação de dependência nacional estivesse vinculado à alienação das pessoas oprimidas pelo racismo cordial brasileiro, há muito já deveria ter sido superada.

do verdadeiro estágio de sua proletarização e de seus reais vínculos com o mercado de trabalho formal, seria varrida para o terreno da falsa consciência (Costa Pinto, 1998).⁷

No fundo, observando-se a trajetória do PT, talvez possa ser dito que essa visão foi hegemônica no partido no que tange à questão racial, sendo curioso que tal concepção tenha resistido à onda teórica da práxis e do estudo dos novos movimentos sociais urbanos. Como a literatura clássica no assunto já apontou, esses movimentos possuíam uma dinâmica bem mais fragmentada que a do movimento sindical (Sader, 1988). Tal fato poderia ter sugerido inflexões que ponderassem a velha concepção de absoluta unicidade de interesses e de visão de mundo da classe *trabalhadora*, quiçá abrindo espaço para uma reflexão mais detida sobre as seqüelas do racismo e do preconceito no meio das populações *marginais*. Todavia, os termos da segunda hipótese mantiveram-se rígidos a esse respeito, fechando espaço para uma compreensão das questões raciais brasileiras em sua plena complexidade. E, infelizmente, tais limites de alguma maneira também acabam se expressando dentro do atual governo.

Longe de querer suprimir as amplas lacunas que separam as duas formulações (democrático-racial e classista), dentro de um enfoque mais atual, é forçoso verificar que ambas as hipóteses acabaram sendo mais solidárias do que divergentes. A primeira e a segunda hipótese apontam rigorosamente na mesma direção quando dizem que os problemas sociais brasileiros guardam uma correlação fraca com o dilema racial, ora estando subordinados ao problema social em geral (primeira disjuntiva), no qual a população negra é discriminada porque é pobre, ora subsumidos à questão operária e trabalhista e à dinâmica da luta de classes (segunda disjuntiva), nas quais as pessoas negras somente poderiam romper com as amarras da opressão racial e da falsa consciência (que englobaria também as identidades étnicas) juntando-se ao exército proletário.

Democracia racial de caserna

A terceira hipótese sobre o diálogo da questão racial com a problemática social brasileira está representada pela leitura liberal. Na verdade, **essa concepção** passou por algumas mudanças em período recente, exigindo uma leitura mais detida sobre a maneira pela qual evoluiu.

Na década de 1970, Geraldo Langoni escreveu o livro *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Nessa obra, publicada em 1973, o autor, ministro da ditadura militar, avançou uma interpretação, hoje clássica, de que as desigualdades sociais brasileiras, que haviam experimentado um forte avanço entre 1960 e 1970, poderiam ser creditadas às transformações verificadas na economia doméstica, de uma

economia agrícola para uma economia industrial; e às disparidades educacionais verificadas no seio da sociedade brasileira, fazendo com que os agentes econômicos que possuíssem uma maior quantidade de capital humano (maior escolaridade) passassem a experimentar patamares salariais mais expressivos que os agentes com menor quantidade dessa modalidade de capital.

A explicação retirava as variáveis políticas da explicação do aprofundamento das desigualdades sociais no país, após a primeira década da ditadura, o que irritou os então teóricos da oposição ao regime, que acusaram o autor de estar escondendo os fatores políticos que levaram ao aumento das disparidades de renda, tais como a recessão de meados da década de 1960, a política de contenção salarial e a repressão aos sindicatos (Tolipan & Tinelli, 1978).

O fato é que, no modelo apresentado por Langoni, igualmente não havia espaço para a análise de fatores tais como a segmentação e discriminação no mercado de trabalho, o que foi facilitado pela ausência do quesito *cor/raça* no corpo de pesquisa do Censo de 1970. Outro fator que levou à ausência do tema racial era derivado da própria ideologia oficial – democracia racial de caserna –, que obrigava todos a acreditar na inexistência do racismo e do preconceito racial ou de cor no Brasil, tal como já foi possível discutir.

O estudo de Langoni teve caráter seminal, pois foi um verdadeiro paradigma para as formulações posteriores sobre o problema das desigualdades sociais realizadas no aporte neoclássico. Nas décadas de 1980 e 1990, esses estudos ampliaram seu grau de complexidade temática e metodológica. Todavia, o novo cenário, bem como as possibilidades analíticas abertas com a introdução do quesito *cor/raça* no corpo básico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de 1987, pouco serviu para aumentar o prestígio da variável *cor/raça* no campo das explicações sobre o desolador quadro de desigualdades sociais.

Em meados de 1990, dois autores ligados ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), fundamentados no aporte do capital humano, chegaram à conclusão de que a variável *cor/raça* explicaria somente 2% das desigualdades verificadas entre os patamares salariais no Brasil, tal como visto na **Tabela 1**.

Desde o trabalho de Langoni, os autores liberais vêm defendendo a correção dos mecanismos, que julgam serem geradores de desigualdades (concentração de capital humano nas mãos de poucas pessoas) pela focalização dos investimentos sociais nos setores sociais mais necessitados, favorecendo, segundo essa teoria, um incremento do grau de eficácia na aplicação dos recursos, uma maior justiça do ponto de vista da aplicação dos recursos públicos e, no limite, a redução das desigualdades sociais.

Essa visão tendeu a opor-se a uma visão mais inspirada no aporte universalista, supostamente defensora de políticas sociais que atinjam toda a população brasileira, independentemente de seus atributos sexuais, raciais e seu pertencimento de classe.

7 Originalmente, texto de 1953.

Motivos de diferenciação social	Importância relativa na geração da desigualdade
Escolaridade	35% a 50%
Ocupação em distintos ramos de atividade	5% a 15%
Ocupação no setor formal ou informal	5% a 10%
Tempo de permanência na empresa	10%
Região geográfica do Brasil onde trabalha	2% a 5%
Nível de experiência profissional	5%
Discriminação de gênero	5%
Discriminação por raça	2%

A partir do fim da década de 1990, foi possível verificar uma alteração na tradicional perspectiva baseada na teoria do capital humano, sendo que alguns estudos e autores – que há bem pouco tempo eram refratários à explicação racial para a análise das desigualdades – tornaram-se enfáticos defensores dessa perspectiva (cf. Henriques, 2001).⁸ Nesse sentido, talvez o principal documento a esse respeito seja a própria “Agenda perdida”, formulada por intelectuais liberais, com financiamento do Banco Mundial. Esse documento expressa que o foco das políticas deveria estar centrado nas pessoas jovens e negras.

Dessa vez, verificou-se uma nova inflexão no discurso liberal, tendo ocorrido uma tentativa de justaposição entre a antiga perspectiva focalista, nas pessoas mais pobres, com a tradicional demanda do movimento negro por políticas específicas voltadas aos afrodescendentes, as pessoas mais pobres entre as pobres

8 O exemplo do economista Ricardo Henriques é bastante eloquente. O autor organizou, em 1999, o seminário “Desigualdade e pobreza”, no qual 45 estudiosos apresentaram 25 artigos sobre o tema, sendo que nenhum o fez analisando a questão racial como tema principal. Um ano depois, todavia, no contexto da III Conferência Mundial contra o Racismo, o autor escreveu importante estudo sobre o assunto das desigualdades raciais no Brasil. Tal inflexão revela um movimento ocorrido em um período recente no campo liberal, rumo a um maior reconhecimento da temática racial dentro dos seus modelos, fato inédito até então.

(Henriques, 2001). De todo modo, é importante reconhecer, embora o aporte neoclássico não tenha historicamente conferido grande destaque ao tema das relações raciais no que tange às explicações para as desigualdades sociais, isso não deve elidir o fato de que a sua formulação acerca dessas desigualdades sempre caminhou por um terreno que, pelo menos à primeira vista, em absoluto, é estranho a algumas das demandas produzidas pelo movimento negro.

O novo momento teórico e político, vindo a lume com o ingresso da interpretação liberal no campo das relações raciais, ainda não foi devidamente digerido pelo movimento negro. É bem verdade que, desde a década de 1980, diversos(as) pesquisadores(as) já vinham lidando com os poucos indicadores sociais existentes e mostrando a forte correlação entre as desigualdades sociais e as desigualdades raciais no Brasil. Contudo, tal como nas palavras de um de seus principais formuladores, o professor Carlos Hasenbalg (1992), tais estudiosos(as) ficavam restritos(as) a uma espécie de “gueto minoritário dentro das ciências sociais brasileiras”.

Na primeira década do século 21, pela primeira vez, um campo teórico tradicionalmente refratário ao argumento do movimento negro passou a sinalizar com a adesão dos termos propostos pelo movimento, tais como as políticas de ação afirmativa, a focalização das políticas sociais nos(as) afrodescendentes (criticando os limites do universalismo) e uma denúncia quanto ao evidente fato de que o limitado *welfare State* brasileiro (sistema previdenciário, acesso ao mercado de trabalho formal, ao crédito etc.) somente beneficiou as pessoas negras em uma proporção bastante modesta.

Considerando-se os marcos do atual governo, além do problema de cunho acadêmico, essa nova formulação se traduz em uma questão prática (práxis), uma vez que a concepção encontra-se nucleada no próprio Ministério da Fazenda.⁹ Assim, a população negra brasileira, que mal logrou realizar a crítica do universalismo democrático-racial e da concepção *classista*, vê-se na iminência de ter de produzir uma nova crítica ao focalismo de inspiração neoliberal. Ou antes, ela está forçada a produzir uma crítica geral ao padrão de relações raciais brasileiro que – sem a perda da análise de outras variáveis de caráter mais abrangente no plano macroeconômico ou geopolítico – consiga provar a centralidade do dilema afrodescendente no Brasil contemporâneo.

O mito e o drama

A partir deste ponto, serão analisados alguns indicadores sociais visando compreender o estágio das desigualdades sociorraciais no Brasil contemporâneo, assim como verificar o significado dos anos neoliberais sobre essas desigualdades. Sempre desagregados

9 A esse respeito, ver o discurso de posse do ministro da Fazenda, Antônio Palocci (*O Globo*, 3 fev. 2003, p. 23).

por raça/cor, os indicadores estarão baseados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), na população abaixo da linha de pobreza, na evolução ao longo da década de 1990 da taxa de participação no mercado de trabalho de crianças de 10 a 14 anos, na taxa de desemprego e nos rendimentos.

Talvez o melhor indicador sintético para a análise do estágio das desigualdades sociorraciais no Brasil seja o IDH. Como é sabido, esse índice é resultante da combinação de três indicadores: o de rendimento (PIB *per capita* ou do rendimento médio familiar *per capita*, em se tratando da desagregação por município e por raça/etnia), o educacional (gerado pela combinação dos indicadores de alfabetização de pessoas maiores de 15 anos e da taxa de escolaridade bruta) e o de longevidade (baseado na esperança de vida ao nascer da população).

De acordo com dados da Pnad/IBGE 2001 e com a metodologia de cálculo do IDH do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e da Fundação João Pinheiro, o IDH da população negra, entre 1997 e 2001, evoluiu, passando de IDH médio-baixo para IDH médio. Entre as pessoas brancas, no mesmo período, também foram observadas evoluções positivas. A população branca brasileira, que, desde 1998, já apresentava IDH comparável a de países mais desenvolvidos, seguiu mantendo um IDH alto. O IDH da população negra é equivalente ao que fica entre El Salvador e China, na 107ª posição (em 175 nações). Cabe frisar que, em 1999, o grupo ocupava a 101ª posição. Foi a evolução dos indicadores sociais entre os demais países, com exceção do rendimento, que melhorou os indicadores da população negra brasileira. Já a branca apresentou IDH equivalente ao Kuwait, 46ª posição em 175 nações (**Tabelas 2 e 3**).

IDH desagregado por etnia – Brasil e grandes regiões								
Grande região	População negra				População branca			
	1997	1998	1999	2001	1997	1998	1999	2001
Norte Urbano	0,726	0,733	0,738	0,741	0,790	0,789	0,791	0,807
Nordeste	0,615	0,622	0,633	0,704	0,704	0,718	0,716	0,739
Sudeste	0,727	0,731	0,733	0,748	0,827	0,826	0,827	0,840
Sul	0,711	0,722	0,715	0,753	0,806	0,810	0,813	0,837
Centro-Oeste	0,734	0,740	0,743	0,759	0,813	0,820	0,821	0,842
Brasil	0,678	0,686	0,691	0,712	0,799	0,803	0,805	0,820

Obs.: tabela elaborada a partir de microdados da Pnad/IBGE 1997, 1998, 1999 e 2001 e da metodologia Pnud/Fundação João Pinheiro. Fonte: Observatório Afrobrasileiro (IPDH-UFRJ).

IDH desagregado por etnia (Brasil e grandes regiões)								
Grande região	População negra				População branca			
	1997	1998	1999	2001	1997	1998	1999	2001
Norte Urbano	88	84	81	91	50	52	50	51
Nordeste	122	120	108	107	97	94	88	93
Sudeste	87	86	83	87	39	38	39	36
Sul	97	92	88	82	44	45	44	38
Centro-Oeste	82	79	73	78	42	41	41	35
Brasil	105	106	101	107	46	46	46	46

Obs.: tabela elaborada a partir de microdados da Pnad/IBGE 1997, 1998, 1999 e 2001 e da metodologia Pnud/Fundação João Pinheiro.

Nas cinco grandes regiões brasileiras, a população negra apresentou IDH médio, sendo a melhor posição encontrada no Centro-Oeste (equivalente ao IDH que fica entre Jamaica e Suriname). Em segundo lugar, veio o Sul (equivalente ao IDH que fica entre Peru e Fiji); em terceiro, o Sudeste (equivalente ao IDH do Turcomenistão); em quarto, o Norte Urbano (equivalente ao IDH que fica entre Tunísia e Jordânia). Em último, o Nordeste (equivalente ao IDH da Argélia).

Já a população branca, analisada nas cinco grandes regiões brasileiras, apareceu com IDH alto em quatro delas: Norte Urbano (equivalente ao IDH entre Cuba e São Cristóvão e Névis); Sudeste (equivalente ao IDH de Seicheles); Sul (equivalente ao IDH da Hungria) e Centro-Oeste (equivalente ao IDH entre a Polônia e a Argentina). Já na região Nordeste, apresentou IDH médio (equivalente ao IDH que fica entre Granada e Guiana) (**Tabelas 2 e 3**).

Nota-se que o IDH da população negra brasileira, em grande medida, é influenciado pelo IDH do Nordeste. Porém, esse indicador também mostra que há um profundo hiato entre as condições de vida de pessoas afrodescendentes e brancas no Brasil, em todas as regiões. Em 2001, o hiato em termos da posição no IDH de ambos os grupos atingia mais de 60 posições.

Naturalmente, tais indicadores estão longe de reforçar seja a hipótese democrática racial, seja a hipótese classista. O fato de que, no Brasil, o IDH da população branca é alto e o da população negra é apenas médio demonstra que os abismos sociais estão fortemente vinculados aos péssimos indicadores encontrados no contingente negro de nossa população.

• A cor da fome

Quem já se acostumou a ouvir os discursos de nosso presidente sabe que, desde muito tempo, Lula defende a inatacável proposta de que todo(a) brasileiro(a) tenha o direito de fazer, no mínimo, três refeições por dia. Destarte, o governo Lula apresentou como um dos seus carros-chefe, em termos de linha de ação governamental, o programa Fome Zero. Apesar de todos os estudos consagrados ao tema terem demonstrado que existe uma forte associação entre o problema da pobreza e a população negra (Ferreira, Lanjouw & Néri, 2000; Henriques; 2001; Grossi, Graziano & Takagi, 2001), o fato é que, até o momento, o programa vem norteando suas ações com um enfoque independente da problemática racial.

A seguir, apresentam-se alguns indicadores sobre a população abaixo da linha de pobreza, desagregada por cor/raça, nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. A análise desses indicadores no plano municipal também pode evidenciar interessantes aspectos sobre o problema da fome em nosso país. Os indicadores foram produzidos a partir dos microdados da amostra de 10% do Censo Demográfico de 2000 e com base na metodologia da pesquisadora Sônia Rocha (1996, 1997, 2000 a, 2000 b, 2000 c) de cálculo dessas linhas (**Tabelas de 4 a 9**).

Estado do Rio de Janeiro	Negra	Branca
Municípios não-metropolitanos	30,6%	16,8%
Região Metropolitana	42,3%	23,5%
Cidade do Rio de Janeiro	35,8%	17,3%
TOTAL ^{NE1}	39,7%	21,7%

o negra = pessoas "pretas" e "pardas".
 çã
 Fonte: Observatório Afrobrasileiro (IPDH-UFRJ), baseado em indicadores

Estado de São Paulo	Negra	Branca
Municípios não-metropolitanos	36,9%	20,5%
Região Metropolitana de São Paulo	52,9%	30,9%
Região Metropolitana de Santos	52,3%	30,7%
Região Metropolitana de Campinas	49,7%	28,4%
Cidade de São Paulo	49,8%	26,5%
TOTAL	47,4%	26%

o negra = pessoas "pretas" e "pardas".
 çã
 Fonte: Observatório Afrobrasileiro (IPDH-UFRJ), baseado em indicadores

No ano 2000, no estado do Rio de Janeiro, 39,7% da população negra estava abaixo da linha de pobreza, enquanto, na população branca, esse percentual era praticamente a metade (21,7%). Essa relação se repete, com pequenas variações, em todas as regiões do estado, como se pode observar na **Tabela 4**.

No estado de São Paulo (**Tabela 5**), no ano 2000, 47,4% da população negra e 26% da branca estavam abaixo da linha de pobreza. Nesse estado, também a população negra, em todas as regiões, tinha

^{NE1} Nas tabelas de 4 a 7, o total se refere à média dos valores registrados em todas as áreas.

uma participação proporcionalmente maior na pobreza. Mesmo nos municípios não-metropolitanos, onde havia menor porcentagem de negros(as) abaixo da linha de pobreza (36,9%), a porcentagem é ainda bem maior que a dos(as) brancos(as) (20%).

A composição racial da população abaixo da linha de pobreza no estado do Rio de Janeiro (**Tabela 6**) mostra que ela era, em sua maioria (58,5%), negra. Porém, na população total, os(as) negros(as) representavam um percentual menor da população (44,5%). No estado de São Paulo, onde é menor a presença de afrodescendentes, a disparidade é ainda maior (**Tabela 7**): enquanto a composição racial da população abaixo da linha de pobreza era de 40,9% de negros(as) e 58,5% de brancos(as), a participação dos(as) negros(as) na população total era de apenas

Estado do Rio de Janeiro	Negra	Branca	Total (*)
Municípios não-metropolitanos	54,2%	45,5%	99,7%
Região Metropolitana	60,4%	39,1%	99,5%
Cidade do Rio de Janeiro	58,3%	41,2%	99,5%
TOTAL	59,3%	40,3%	99,6%

o negra = pessoas "pretas" e "pardas". A diferen
 ao percentual de pessoas ind
 o computacional: Luiz Marcelo Foca Carvano.
 Fonte: Observatório Afrobrasileiro (IPDH-UFRJ), baseado em indicadores da amostra

Estado de São Paulo	Negra	Branca	Total (*)
Municípios não-Metropolitanos	33,4%	66%	99,5%
Região Metropolitana de São Paulo	45%	54,3%	99,3%
Região Metropolitana de Santos	47,5%	51,8%	99,2%
Região Metropolitana de Campinas	35,4%	63,9%	99,4%
Cidade de São Paulo	45,3%	53,9%	99,2%
TOTAL	40,9%	58,5%	99,4%

o negra = pessoas "pretas" e "pardas". A diferen
 ao percentual de pessoas ind
 o computacional: Luiz Marcelo Foca Carvano.
 Fonte: Observatório Afrobrasileiro (IPDH-UFRJ), baseado em indicadores da amostra

21%. Vale frisar que, apesar de os(as) negros(as) não formarem a maioria dos(as) que estão abaixo da linha de pobreza nesse estado, a intensidade do problema nesse grupo racial, em quase todos os municípios e em todas as regiões metropolitanas, fazia com que seu peso, entre as pessoas pobres, superasse o peso relativo na população como um todo.

A pobreza entre as pessoas negras nos dois estados estava basicamente concentrada na região metropolitana. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro abrigava 83,3% das pessoas pobres afrodescendentes do estado e 78,4% da população negra total. O município do Rio de Janeiro, em especial, concentrava 32,2% das pessoas negras abaixo da linha de pobreza, sendo que os demais seis maiores municípios em concentração de pobres afrodescendentes ficavam na região metropolitana.

Igualmente em São Paulo, a pobreza negra concentrava-se na metrópole. Destarte, essa área abrigava 63% da população afrodescendente do estado abaixo da linha de pobreza e 56,5% da população negra como um todo. O município de São Paulo, sozinho, concentrava 32,2% dos(as) negros(as) abaixo da linha de pobreza (1,5 milhão de pessoas).

Os indicadores levantados mais uma vez reforçam que a pobreza afeta de forma mais intensiva a população negra. Vale a pena também frisar a especial concentração do problema nas regiões metropolitanas e nas capitais, não coincidentemente, locais também mais afetados pela chaga da violência urbana.

• Desigualdades e preconceito

O estudo dos indicadores do IDH e das taxas de pobreza e indigência, apesar de bastante revelador, não esgota as hipóteses levantadas anteriormente. Os indicadores mobilizados são de abrangência limitada diante da grande variedade de questões que pode ser estudada partindo das bases de dados hoje disponíveis. Por si sós, eles não nos permitem responder a uma pergunta fundamental: qual a evolução dos indicadores das desigualdades sociorraciais, após uma década concomitantemente marcada pela hegemonia das políticas neoliberais e pela continuidade da ausência de investimentos sociais especificamente direcionados à população negra?

Os indicadores da evolução do trabalho infante-juvenil, ao longo da década de 1990, guardam importantes lições a serem analisadas por cientistas sociais preocupados(as) com as questões das desigualdades brasileiras. Na **Figura 1**, pode-se ver a maneira pela qual os indicadores da taxa de participação no mercado de trabalho entre as crianças negras e brancas de 10 a 14 anos evoluíram na década passada.

Observando a figura, é possível perceber que ocorreu uma redução da taxa de participação no mercado de trabalho entre as crianças daquela faixa etária em ambos os grupos raciais. Assim, entre 1992 e 1999, a taxa de participação de jovens brancos(as) declinou de 20% para 13%, e o mesmo indicador entre jovens

Cidade	População	Porcentagem
Rio de Janeiro	831.873	33,23%
Nova Iguaçu	250.445	10,01%
Duque de Caxias	221.599	8,85%
São Gonçalo	172.177	6,88%
Belford Roxo	138.201	5,52%
São João de Meriti	114.205	4,56%

População negra = pessoas "pretas" e "pardas".
 Fonte: Observatório Afrobrasileiro (IPDH-UFRJ), baseado em indicadores

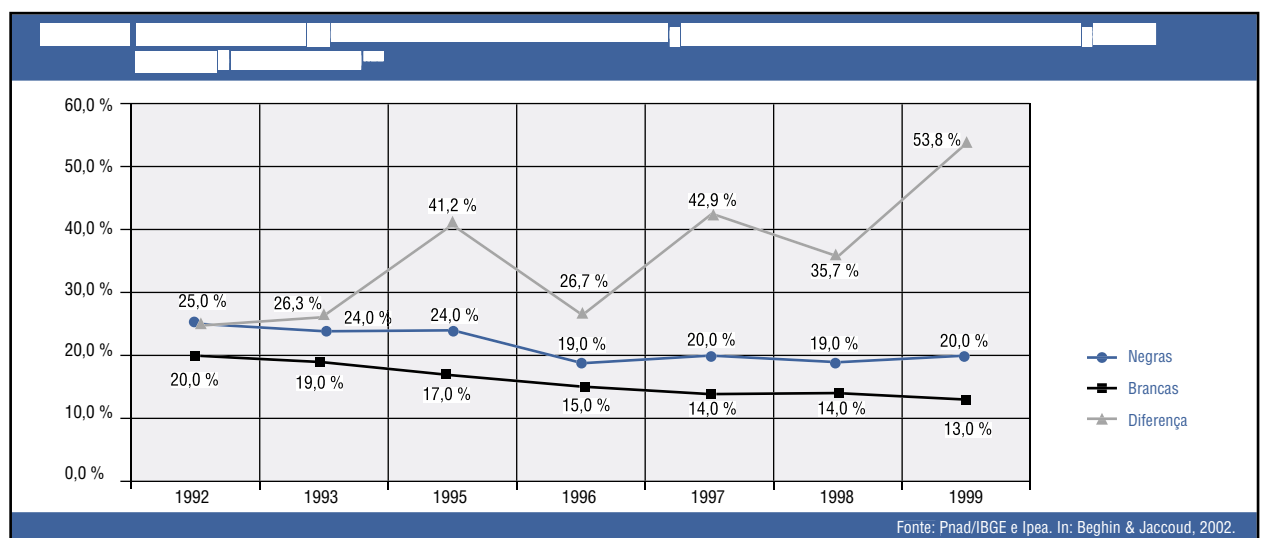
Cidade	População	Porcentagem
São Paulo	1.540.756	32,6%
Guarulhos	215.177	4,5%
Campinas	109.931	2,3%
Osasco	103.750	2,2%
São Bernardo do Campo	97.558	2,1%
Itaquaquecetuba	87.764	1,9%

População negra = pessoas "pretas" e "pardas".
 Fonte: Observatório Afrobrasileiro (IPDH-UFRJ), baseado em indicadores

negros(as) declinou de 25% para 20%. Todavia, quando se observam as diferenças relativas ocorridas entre os dois grupos, encontra-se um movimento que não pode passar despercebido. As diferenças relativas entre as taxas de participação no mercado de trabalho de jovens negros(as) e brancos(as), em que pese um certo comportamento oscilante, acabaram experimentando um crescimento, de 25%, em 1992, para mais de 50%, em 1999. Visto por outro ângulo, o declínio da taxa de participação de jovens no mercado de trabalho, verificado para ambos os grupos raciais ou de cor, não impediu que o valor desse indicador entre pessoas afrodescendentes, no fim da década de 1990, fosse rigorosamente igual ao indicador das pessoas brancas no começo da década (Figura 1).

O indicador sobre a taxa de participação de jovens entre 10 e 14 anos no mercado de trabalho foi utilizado porque traz uma informação especialmente provocadora. Na década de 1990, forjou-se um amplo consenso na sociedade brasileira quanto à impertinência do trabalho precoce, seja por conta das seqüelas que acarretavam para os(as) jovens explorados(as), seja por seus nefastos efeitos para a economia e a sociedade brasileira. Assim, foram mobilizados diversos esforços, públicos e privados, visando ao enfrentamento do problema.

Naturalmente, as ações marcaram-se pelo seu perfil *color blind*, isto é, foram indiferentes aos pertencimentos raciais das pessoas beneficiadas. Nesse caso, é preferível usar o termo *color blind* ao termo *universalista*, uma vez que, em ambos os grupos raciais, o



NE2 Nos anos de 1994 (Figuras 1, 2 e 3) e 2000 (Figuras 2 e 3), a Pnad não foi realizada.

problema ainda está longe de ser totalmente debelado. Não obstante, o que os indicadores evidenciam é que, na ausência de direcionamentos específicos para pessoas negras, quando da adoção das políticas sociais, o grupo acaba sendo menos beneficiado por essas ações. Isso ocorreu a despeito do inequívoco fato de que essas são mais intensivamente afetadas pela chaga do trabalho infanto-juvenil. Independentemente da validade de cada uma das medidas em prol da erradicação do trabalho infanto-juvenil adotadas ao longo da última década, seu sucesso foi somente parcial. É forçoso dizer que, embora trazendo uma redução global dos problemas, tais medidas produziram um aprofundamento das desigualdades raciais.

A análise da evolução da taxa de desemprego entre os grupos de raça/cor também pode ser um importante campo de reflexão sobre a questão das desigualdades raciais. Esse indicador, melhor do que os indicadores sobre o trabalho infantil, permite um diálogo mais detido perante as opções neoliberais adotadas pelos governos brasileiros ao longo da década passada.

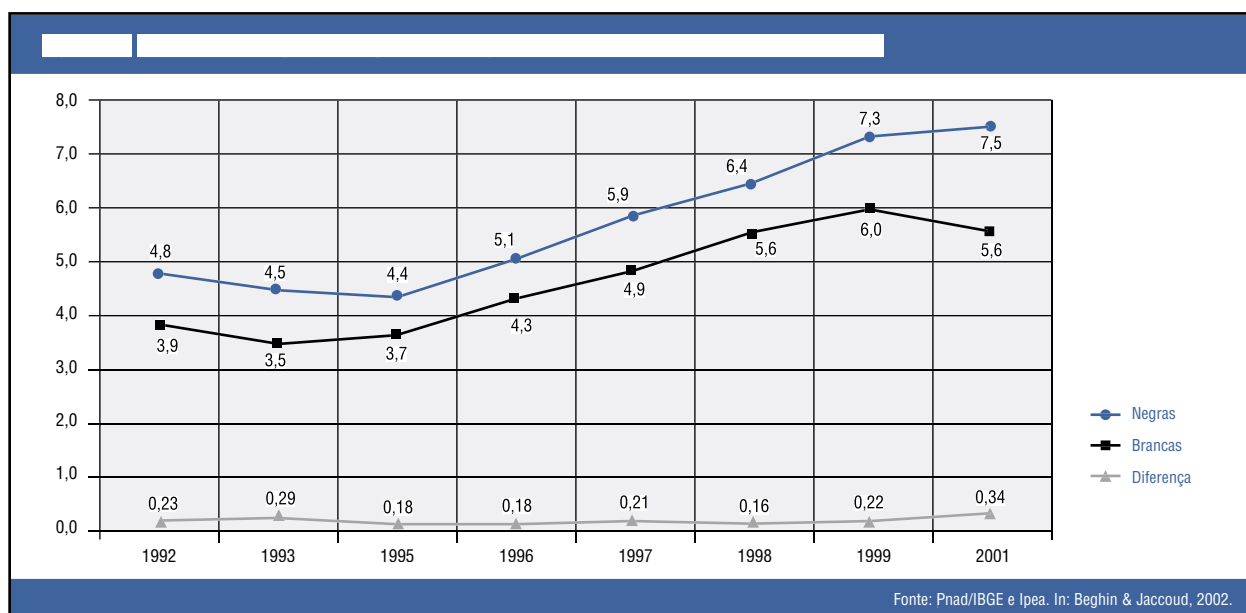
Conforme a literatura sobre o assunto vem indicando, o processo de estabilização de preços no Brasil fez-se acompanhar de uma forte deterioração da qualidade do mercado de trabalho em nosso país. Certamente, um dos indicadores mais expressivos para comprovar a sentença diz respeito aos índices de desemprego. Na verdade, a proporcionalmente baixa taxa oficial de desemprego no Brasil não deve nos iludir, uma vez que a antiga metodologia oficial (IBGE) de cálculo desse indicador acabava, em grande medida, subestimando a real dimensão desse problema.¹⁰

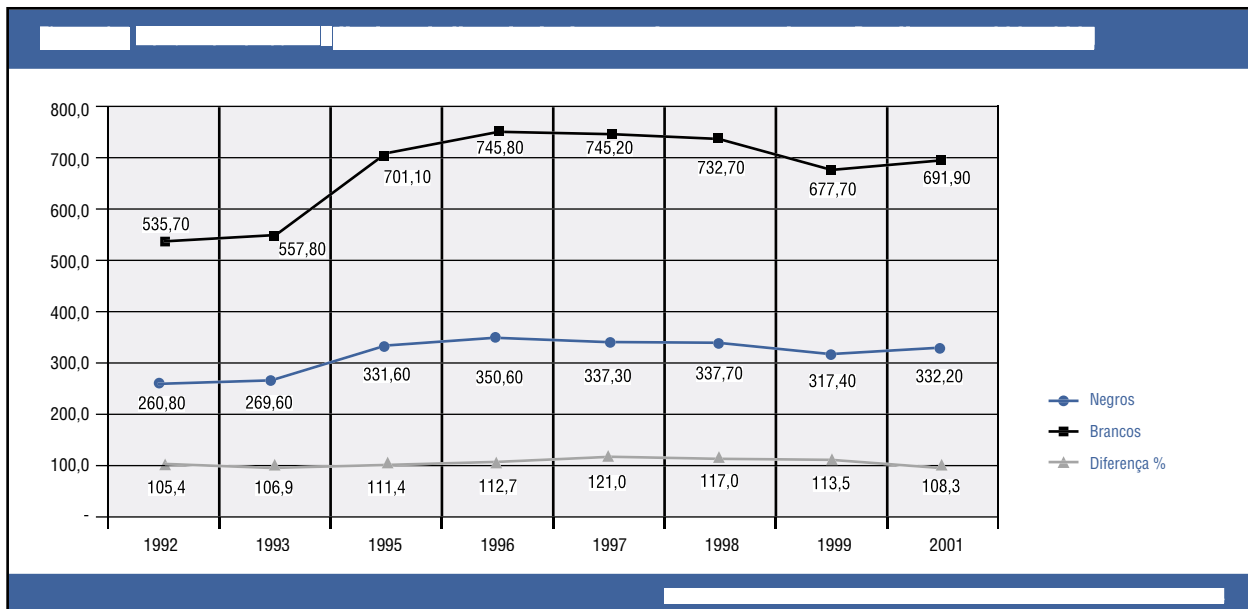
Tal como pode ser verificado na **Figura 2**, a taxa de desemprego no Brasil apresentou elevação para ambos os grupos raciais,

muito embora a taxa tenha se mantido, ao longo de todo o decênio, superior entre a população afrodescendente. Ainda que, até 1997, esses indicadores tenham apresentado uma oscilação, a partir de 1998, após a crise financeira internacional originada na Ásia e na Rússia, as taxas de desemprego intensificaram-se, e, com elas, ampliaram-se as diferenças relativas entre ambos os grupos raciais ou de cor. Assim, se, em 1992, a taxa de desemprego entre as pessoas negras era 23% maior do que entre as brancas, no ano de 2001 a diferença chegava a mais de 34%.

Paixão e Carcanholo (2001), dessa vez utilizando indicadores da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), analisaram a evolução da taxa de desemprego de pessoas negras e brancas na Região Metropolitana de São Paulo nos anos de 1987 e de 1998, tendo encontrado um movimento semelhante ao dos indicadores oficiais para todo o Brasil. Desta feita, os autores verificaram que, naquela região metropolitana, em 1987, a taxa de desemprego da população negra era de 11,6%, tendo crescido para 22,7%, em 1998. Já a taxa de desemprego da população branca, na mesma região e no mesmo período, passou de 8,6% para 16,1%. Proporcionalmente, o desemprego entre a população paulistana negra cresceu 95,7% (especialmente entre as mulheres), ao passo que, entre a população paulistana branca, a taxa cresceu 87,2%.

A evolução dos indicadores das taxas de desemprego, segundo os grupos de raça/cor, demonstrou que a perda da qualidade do mercado de trabalho, em grande medida derivada





das opções neoliberais da década de 1990, impactou, de forma desproporcional, a população afrodescendente. Além disso, também demonstrou que a alternativa liberal, mesmo quando possa vir a reconhecer as demandas das pessoas negras, propondo direcionamentos específicos de políticas para o grupo, tende a gerar efeitos deletérios em outros campos, fazendo com que surjam sérias dúvidas quanto à eficácia de suas propostas, no que tange à redução das desigualdades sociorraciais, em meio a um cenário de aumento do desemprego, da informalidade, da precarização do trabalho e de estagnação econômica – fatores que afetam de modo mais intensivo, justamente, a população afrodescendente.

• Paliativos e ceticismo

A análise da evolução dos rendimentos de pessoas brancas e negras no Brasil ao longo da década de 1990 também guarda interessantes lições. Na **Figura 3**, pode-se ver que, entre 1992 e 1997, o rendimento real médio mensal, de ambos os grupos de raça/cor, cresceu 39%, entre a população branca, e 34%, entre a negra. A evolução pode ser creditada, especialmente após 1995, aos efeitos positivos do Plano Real, por meio do controle da inflação, sobre o patamar de rendimentos da população ocupada.

A partir de 1998, contudo, a crise econômica que assolou a economia brasileira fez com que os rendimentos reais mensais passassem a apresentar um movimento declinante, não obstante a ligeira recuperação verificada em 2001.

A **Figura 3** pode prestar-se a muitas interpretações. O objetivo, neste texto, é apenas frisar um elemento que reside no fato de que as desigualdades raciais, medidas em termos dos padrões salariais, ao longo da década passada, mantiveram-se bastante nítidas em todos os cenários conjunturais que a economia brasileira atravessou no decênio passado. Tal constatação também não deve esconder o fato de que foi justamente quando a economia brasileira encontrava-se no seu melhor momento, na década de 1990, que os diferenciais salariais foram maiores.

Esse dado, combinado com o indicador sobre a evolução do desemprego de ambos os grupos de raça/cor, sugere que, durante os períodos de crescimento da economia, a população branca acaba sendo mais beneficiada, ao passo que, quando da retração da atividade econômica, a população negra acaba sendo mais prejudicada. Considerando correta tal conclusão, ante as exigências de redução das desigualdades sociorraciais, deveria haver uma reflexão mais detida sobre os fundamentos, tanto das filosofias desenvolvimentistas como das orientações liberais.

No que tange à agenda desenvolvimentista, os indicadores evidenciam que não basta mero crescimento econômico para que se consiga lograr a reversão dos abismos de rendimentos e das demais condições de vida, existentes entre pessoas negras e brancas. Alternativamente, a inexistência de mecanismos efetivos de proteção social para toda a população torna-se ainda mais grave para a parcela negra, que, durante os cenários de crise

10 Recentemente, o próprio IBGE acabou revendo algumas de suas metodologias de levantamento de indicadores sobre a taxa de desemprego, fazendo com que elas passassem a captar melhor a efetiva realidade existente. Uma das mudanças mais importantes diz respeito à pergunta sobre o período de procura de emprego. Antes, o IBGE perguntava se uma determinada pessoa desocupada havia procurado emprego na última semana de referência da pesquisa. Com as alterações efetivas, a pergunta passou a ser feita tomando, como referencial, o último mês.

econômica, de encolhimento do mercado de trabalho e de deterioração da qualidade dos postos de trabalho, se vê em situação de desalento ainda maior.

Por outra via, a evolução, ao longo da década de 1990, dos indicadores de desemprego e rendimentos dos dois principais grupos de raça/cor de nossa sociedade também cria argumentos que não reforçam o ideário liberal. Isso se dá porque as evidências existentes favorecem um certo ceticismo quanto à formulação de que as desigualdades e a exclusão social poderão ser devidamente superadas em um contexto de absoluta priorização da estabilidade de preços (com a estagnação econômica daí derivada), de abertura econômica e de diminuição do escopo da legislação social e trabalhista, que, conforme visto, vem afetando, de forma desproporcional, justamente negros e negras brasileiros. Assim, caso sejam geradas, dentro do paradigma neoliberal, virtuais políticas focadas na população afrodescendente, não obstante sua evidente justeza, podem acabar sendo somente medidas paliativas.

Não deixa de ser razoável a dúvida quanto à justaposição da concepção liberal (que explica as desigualdades sociais em termos dos diferenciais de apropriação de capital humano) à proposta do movimento negro (que tem como eixo de atuação o combate ao racismo e ao preconceito racial). Por mais que pesquisadores(as) de extração liberal venham se esforçando por transpor a proposta de focalização das políticas públicas (mormente a educacional) das pessoas pobres para as pessoas negras, cabe frisar que sua perspectiva continua ancorada em uma interpretação de que as desigualdades são geradas por uma imperfeição no mercado, qual seja, o modo desigual de apropriação do capital conhecimento (que deveria ser de franco acesso a todos os agentes econômicos, permitindo que os mesmos tomem decisões racionais).

Essa visão, não obstante seus virtuais pontos de contato, não esgota a agenda do movimento negro, que vê no próprio modelo de relações sociorraciais brasileiro um ente gerador de desigualdades, implicando que as políticas afirmativas, em nome de sua própria eficiência, simultaneamente, tenham de ser realizadas em um contexto de aprofundamento da democracia e de transformações progressistas da paisagem social brasileira.

Cidadania de segunda classe

O debate sobre a temática racial e sua correlação com as questões sociais no Brasil começaram de forma bastante tensas logo no começo do governo Lula. Ainda nos primeiros meses do governo, o Ministério da Fazenda localizou a sua *agenda perdida*, gerando uma forte reação do campo político e teórico e do campo desenvolvimentista. O tema central da cidadania era justamente a questão da focalização dos recursos e das políticas sociais, sendo que um setor apontava para a priorização dos gastos nas pessoas jovens e negras, e o outro tecia uma severa crítica a essa perspectiva, apontando a necessidade da adoção de políticas universalistas.

Houve tentativa de construção de uma síntese entre ambas as perspectivas, e, em nome disso, divulgou-se que a focalização e o universalismo das políticas eram uma falsa polêmica. A questão não é falsa, tampouco simples de ser solucionada. Na verdade, aquilo que muitas pessoas julgam como universalismo corresponde ao padrão de intervenção estatal na vida social típico dos países europeus, mormente aqueles mais influenciados pela tradição social-democrata, como Alemanha, França e Suécia. Por outro lado, a visão focalista – que prevê que os recursos públicos devem ser destinados às pessoas mais necessitadas, sendo que as menos necessitadas devem adquirir no mercado esses mesmos serviços – também corresponde a uma visão de políticas sociais de perfil estadunidense. Ambas as perspectivas existem e, de alguma maneira, disputam a hegemonia atualmente, em todo o mundo, no que tange ao futuro das políticas sociais. A antinomia entre universalização e focalização, em si, não é uma falsa polêmica, ou antes, a questão somente se transforma em falsa polêmica quando é transposta acriticamente para o ambiente interno.

No Brasil, as políticas sociais nunca se universalizaram efetivamente, jamais atingiram toda a população brasileira. Nesse sentido, as políticas sociais brasileiras são tão-somente *color blind*, tratam todo mundo, formalmente, como iguais perante a lei. Se tal perfil trouxe o mérito de, no plano jurídico, ter tratado todos(as) os(as) brasileiros(as) sem segregação, uma vez que não se esforçou para ativamente corrigir as desigualdades raciais (e de gênero) efetivamente existentes, acabou servindo como um modelo que trouxe o aprofundamento dessas desigualdades.

Os motivos por que isso ocorre ainda não são nítidos, e serão necessárias muitas pesquisas para se deslindar os mecanismos pelos quais as distinções de cor/raça, observadas na vida civil, acabam penetrando os aparelhos estatais, que oficialmente estariam livres dessa sorte de distinção. De todo modo, não é absurda a suposição de que, em um contexto de escassez de recursos (no caso, os públicos), os distintos indivíduos os disputariam portando seus atributos intelectuais, morais e simbólicos, sendo que a “branquitude” é um desses valores mais significativos (cf. Rossato & Gesser, 2001). As pessoas negras, por vários modos (que precisam ser mais bem investigados), acabam sendo preteridas quando do processo de destinação dos investimentos públicos na seara social.

Recentemente, houve um certo esforço por parte de alguns governos, especialmente o de Fernando Henrique Cardoso, de expandir os serviços públicos para toda a população. Foi o caso da rede escolar, do Sistema Único de Saúde (SUS) e das campanhas de vacinação de crianças e idosos. Todavia, mesmo nesse caso, pode-se dizer que as ações não foram regidas por um padrão universal. No caso das campanhas de vacinação, mesmo sendo reconhecido o seu sucesso em muitos casos, é forçoso observar que, ainda hoje, uma série de vacinas não é oferecida gratuitamente nos postos de saúde (catapora, *Hemophilus* e, até

bem pouco tempo, hepatite), além de simplesmente inexistir esse tipo de serviço para as pessoas adultas. No que tange à tentativa de universalização do ensino e de implantação do SUS, o quadro é ainda mais grave, pois a expansão da rede pública e da rede hospitalar ocorreu no mesmo compasso da sua deterioração.

Mesmo a difusão de determinados serviços públicos ocorrida recentemente deu-se maculada pelo *trade-off*^{NE3} entre a quantidade do número de pessoas beneficiadas e a qualidade do serviço, estando longe de uma perspectiva universalista que exige, além da inexistência de segregação, o pleno funcionamento dos serviços ofertados pelo Estado. Enfim, os anos neoliberais no Brasil tão-somente aprofundaram a *americanização* de nossas políticas sociais, levando a população com mais recursos para as redes particulares de ensino (com exceção do universitário), saúde, previdência e segurança e deixando a população pobre entregue às péssimas condições de atendimento e assistência.

A visão universalista, ao menos aparentemente, tende a ser a que melhor corresponde às exigências da solidariedade social, uma vez que não distinguiria, nem negativa, nem positivamente, os indivíduos de acordo com o seu pertencimento de classe social, de gênero, étnico ou racial. Contudo, no momento atual, não basta proclamar pura e simplesmente a justeza desse princípio filosófico em abstrato, sendo necessário ver as condições de sua efetiva implantação. Isso envolve duas dimensões.

A primeira dimensão corresponde ao tamanho das dívidas sociais existentes. A proposta universalista não pode ser ingênua a ponto de não verificar que, mesmo em um cenário ideal, dificilmente tais medidas se tornarão efetivamente universais de um dia para o outro, fazendo com que as injustiças raciais possam prolongar-se indefinidamente no tempo. Por derivação lógica, acaba-se percebendo o quanto é urgente e necessário que sejam adotados, mesmo no seio das políticas universais, mecanismos ativos de promoção da igualdade racial, posto não somente o cenário de disparidades existentes, mas também o fato de que esse quadro está profundamente vinculado com o nosso modelo de relações raciais que – ao contrário do que reza a cantilena freyriana – é, em si, um padrão gerador e naturalizador de desigualdades e de situações de subcidadania de negros e negras.

A segunda dimensão reporta-se aos efetivos recursos disponíveis para atender às demandas da população nos dias atuais. No cenário atual, quando o Estado brasileiro está *obrigado* a economizar 4,25% do PIB, em termos de superávit primário das contas públicas, a carga tributária é superior a 40% do PIB e as taxas de juros nominais praticadas estão na casa dos 24,5%. Assim, evidentemente, os recursos destinados à área social serão escassos e o crescimento econômico será medíocre.

Quando se sabe da incapacidade prática do Estado em promover a efetiva universalização das políticas sociais, pelo menos, no curto prazo, torna-se extremamente imperioso que os recursos sejam aplicados perseguindo princípios de justiça quanto à sua distribuição, evitando que grupos social e racialmente mais bem posicionados acabem ficando com a maior fatia do bolo. Isso não implica um conformismo com o modelo existente, tomando-o como um dado inexorável das coisas. Representa, antes, uma tentativa de proteção, em um momento de crise, de um setor social especialmente vulnerável de nossa população, ao mesmo tempo em que se busca forjar o seu sentido de identidade, capacitando-o para os necessários enfrentamentos com o atual sistema elitista e excludente.

Quando se aponta a justeza da perspectiva da priorização das políticas sociais para a população afrodescendente, isso não pode ser encarado como sinônimo de se propor políticas de baixo perfil (política para pobres) ou de reduzir o escopo das intervenções públicas no campo social. Antes, o que se pretende é que o processo de expansão dos serviços públicos, para toda a população brasileira, seja qual for seu ritmo, ocorra no mesmo passo da redução das desigualdades verificadas entre as pessoas negras e brancas (assim como entre homens e mulheres).

É evidente que as necessárias e urgentes medidas de promoção da cidadania da população afrodescendente somente poderão ser eficientes em um cenário de superação do atual modelo econômico, que, excessivamente agarrado às exigências da estabilidade monetária, acaba lançando o país na estagnação e no encolhimento dos gastos sociais. Por ser uma das questões centrais de uma agenda democrática, as ações afirmativas exigem a concomitante agenda transformadora do cenário interno rumo à distribuição do patrimônio fundiário, do controle cidadão do aparato judicial e repressivo, do acesso aos meios de comunicação e de participação popular no que tange à destinação de fundos públicos.

A quarta hipótese, que, em suma, avança a concepção do protagonismo afrodescendente no seio das principais questões sociais brasileiras hoje, no governo Lula, parece que acompanha a trajetória do próprio PT nesse assunto, tornando-se a hipótese mais frágil e gozando de menor prestígio. Isso vem se refletindo pela quase ausência de um enfoque racial no âmbito de programas como Fome Zero, Plano Plurianual (PPA), programa de erradicação do analfabetismo, reforma agrária etc. De resto, a própria criação da Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial (Sepir), não obstante ter sido um marco histórico em nossa vida republicana, somente se deu após ter sido montado todo o ministério, sendo que, de forma aparente, sua existência somente foi garantida por meio de pressões do próprio movimento negro. Todavia, acompanhando as outras três hipóteses, desejamos que seja falsa a hipótese que deu nome a este artigo. O século 21 abriu há pouco suas portas para nós, e, se o cenário, às vezes, soa tão desolador, tanto melhor deste jeito. Ao menos de tédio ninguém morre! ■

NE3 Expressão de origem inglesa sem correspondente na língua portuguesa. Significa, grosso modo, "abrir mão de algo para conseguir outra coisa", em geral referindo-se a uma negociação política.

Referências

- BEGHIN, Nathalie; JACCOUD, Luciana. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: Ipea, 2002.
- COSTA PINTO, Luiz. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- DEGLER, Carl. *Nem preto nem branco: escravidão e relação racial no Brasil e nos Estados Unidos*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 vol. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.
- FERREIRA, Francisco; LANJOUW; Peter; NERI, Marcelo. *A new poverty profile for Brazil using PPV, Pnad and Census Data*. Rio de Janeiro: Departamento de Economia; PUC-Rio, 2000. (Texto para discussão nº 418).
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- _____. Sobrados e mocambos. In: SANTIAGO, Silvano. (Org.). *Intérpretes do Brasil*, vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. 729-1.464.
- _____. Ordem e progresso. In: SANTIAGO, Silvano. (Org.). *Intérpretes do Brasil*, vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. 7-898.
- GROSSI, Mauro; GRAZIANO, José; TAKAGI, Maya. *Pobreza e fome: em busca de uma metodologia para a quantificação do problema no Brasil*. Campinas: IE/Unicamp, 2001. (Texto para discussão nº 101).
- HASENBALG, Carlos. A pesquisa das desigualdades raciais no Brasil. In: VALLE SILVA, Nelson; HASENBALG, Carlos. *Desigualdades raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo; Luperj, 1992.
- HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. (Texto para discussão nº 807).
- _____. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.
- LANGONI, Geraldo. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- PAES E BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 1995. (Texto para discussão nº 337).
- PAIXÃO, Marcelo; CARCANHOLO, Marcelo. *Dívida externa e suas seqüelas sobre a população afrodescendente do Brasil: uma análise prospectiva*. São Paulo: Inspir, 2001. (Relatório de pesquisa).
- PAIXÃO, Marcelo. *IDH de negros e brancos no Brasil em 2001: breves comentários*. Rio de Janeiro: Observatório Afrobrasileiro, 2003 a. (Notas de estudos 01/2001). (www.observatorioafrobrasileiro.org)
- _____. (Org.). *Fichário municipal das desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: Observatório Afrobrasileiro, 2003 b. (www.observatorioafrobrasileiro.org)
- PARK, Robert. *Race and culture: essays in the sociology of contemporary man*. Nova York: The Free Press, 1950.
- PIERSON, Donald. *Negros e brancos na Bahia*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1971. (Brasiliense, vol. 241).
- ROCHA, Sônia. *Renda e pobreza: os impactos do Plano Real*. Rio de Janeiro: Ipea, 1996. (Texto para discussão nº 439).
- _____. Do consumo observado à linha de pobreza. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 313-352, ago. 1997.
- _____. *Opções metodológicas para a estimação das linhas de indigência e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000 a. (Texto para discussão nº 720).
- _____. *Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000 b. (Texto para discussão nº 721).
- _____. *Pobreza no Brasil: o que há de novo no limiar do século XXI?*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000 c. Mimeo.
- ROSSATO, César; GESSER, Verônica. A experiência da branquitude diante dos conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses. In: CAVALLEIRO, Eliane. (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- TANNENBAUM, Frank. *Slave and citizen: the negro in Americas*. Nova York: Vintage Books, 1946.
- TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur. (Orgs.). *A contróversia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.